

Governo quer rateio mensal da receita

BRASÍLIA — Ao enviar a revisão do Orçamento Geral da União ao Congresso, o Executivo pedirá uma autorização especial, para destinar, mensalmente, a receita arrecadada, de acordo com as necessidades dos Ministérios, dentro dos critérios pré-estabelecidos pelos Ministérios do Planejamento e Fazenda.

A partir de julho, os valores seriam mensalmente atualizados, usando os principais indicadores e o comportamento da receita da União (pessoal com a URP; dívida interna, com OTN; dívida externa, com câmbio, e libor; e o IPC, para outros custos e despesas de capital).

Em primeiro lugar, serão atendidas as despesas fixas e inadiáveis, como pessoal, serviço da dívida e encargos, seguidos das contrapartidas de empréstimos externos. Os recursos restantes cobrirão outros custos (aluguel, água, luz, telefone, telex, xerox etc) e capital (investimentos, tanto em reposição de máquinas, como em novas obras). Estes últimos só terão seus valores corrigidos integralmente pelo IPC, se a receita crescer ao mesmo nível ou acima da inflação. Caso contrário, serão cortados.

Todo mês, ao fazer o rateio dos recursos da União, o Governo autorizará a abertura de crédito suplementar para cobertura das despesas públicas. O que sobrar, ou faltar, no último trimestre do ano, será objeto de uma proposta a ser enviada ao Congresso, que decidirá a respeito.